

NEWSLETTER DIGESTO N.º 19/2018

Disponibilização: 24 de setembro de 2018

Período abrangido: 10 a 21 de setembro de 2018



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Índice Temático

1. Administração Interna
 - Forças e Serviços de Segurança
 - Segurança
2. Administração e Políticas Públicas
3. Agricultura
4. Ambiente
 - Ambiente e Conservação da Natureza
5. Cultura
6. Direitos, Liberdades e Garantias
 - Estrangeiros
7. Educação e Ensino Superior
8. Finanças
 - Finanças Públicas e Orçamento
 - Sistema financeiro
9. Justiça
 - Justiça Constitucional
 - Política de Justiça
10. Negócios Estrangeiros
 - Negócios Estrangeiros e Cooperação
11. Saúde
12. Solidariedade e Segurança Social

CONSULTE O DIGESTO GRATUITAMENTE!

Desde a entrada em funcionamento do Portal DRE, em 19 de dezembro de 2016, toda a análise jurídica efetuada pelo Digesto está disponível de forma gratuita

1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- FORÇAS E SERVIÇOS DE SEGURANÇA

[Portaria n.º 257/2018, de 10 de setembro](#)
(Finanças e Administração Interna)

Aprova o Regulamento de Prestação de Trabalho em Regime de Piquete e de Prevenção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF).

[Decreto-Lei n.º 74/2018, de 21 de setembro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Estabelece o regime da carreira especial de inspeção da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE).

- SEGURANÇA

[Regulamento n.º 614/2018, de 21 de setembro](#)
(Autoridade Nacional da Aviação Civil)

Altera (primeira alteração) o Regulamento n.º 840/2010, que define as Normas Aplicáveis aos Oficiais de Operações de Voo e à Certificação das Organizações de Formação dos Oficiais de Operações de Voo.

2. ADMINISTRAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

[Decreto-Lei n.º 72/2018, de 12 de setembro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Cria o Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

3. AGRICULTURA

[Portaria n.º 267-A/2018, de 20 de setembro](#)
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 105/2018, de 18 de abril, que define as espécies cinegéticas às quais é permitido o exercício da caça nas épocas venatórias 2018-2021 e fixa os períodos, os processos e outros condicionalismos para essas mesmas épocas.

[Despacho n.º 8918/2018, de 21 de setembro](#)
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Direção-Geral de Alimentação e Veterinária)

Altera o Despacho n.º 5165-A/2017, de 8 de junho, que aprova os preços dos serviços e das determinações analíticas, realizados pela Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV).

4. AMBIENTE

- AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

[Portaria n.º 266/2018 - Diário da República n.º 181/2018, Série I de 2018-09-19 116432995](#)

(Finanças, Administração Interna e Ambiente)

Estabelece o valor das taxas a cobrar pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA, I. P.), e pela Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) pelos atos praticados no âmbito do Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto (que estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente), bem como as modalidades de pagamento, cobrança e afetação da respetiva receita.

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 186/2014, de 16 de setembro, que aprova os requisitos e condições de exercício da atividade de verificador do sistema de gestão de segurança para a prevenção de acidentes graves (SGSPAG), bem como as taxas a cobrar pelos atos praticados pela APA, I.P..

[Despacho n.º 8898/2018, de 20 de setembro](#)

(Ambiente - Gabinete do Ministro)

Aprova o Regulamento do Prémio Nacional da Paisagem.

5. CULTURA

[Despacho n.º 8651/2018, de 10 de setembro](#)
(Cultura - Gabinete do Ministro)

Determina a abertura, para o ano de 2018, do concurso para atribuição de bolsas de criação literária.

[Aviso n.º 12995/2018, de 11 de setembro](#)
(Cultura - Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas)

Torna público que se encontra aberto, de 12 de setembro a 11 de outubro de 2018, o Concurso para atribuição de Bolsas de Criação Literária, edição de 2018.

[Despacho n.º 8701/2018, de 12 de setembro](#)
(Cultura - Gabinete do Ministro)

Torna pública a lista dos acontecimentos que devem ser qualificados de interesse generalizado do público em 2019.

[Aviso n.º 13181-A/2018, de 14 de setembro](#)
(Cultura - Direção-Geral das Artes)

Torna público o reforço financeiro do Programa de Apoio a Projetos - Programação e Desenvolvimento de Públicos publicitado através do Aviso n.º 7361-A/2018, de 30 de maio.

[Aviso n.º 13181-B/2018, de 14 de setembro](#)
(Cultura - Direção-Geral das Artes)

Torna público o reforço financeiro do Programa de Apoio a Projetos - Criação, publicitado através do Aviso n.º 7361-B/2018, de 30 de maio.

6. DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

- ESTRANGEIROS

[Decreto Regulamentar n.º 9/2018, de 11 de setembro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Altera (quarta alteração) o Decreto Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de novembro, que regulamenta a Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional.

7. EDUCAÇÃO E ENSINO SUPERIOR

[Despacho n.º 8653/2018, de 10 de setembro](#)
(Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Educação)

Fixa os valores anuais do subsídio por turma e por curso a atribuir aos cursos profissionais ministrados nas escolas profissionais privadas, que funcionem na Área Metropolitana de Lisboa e na Comunidade Intermunicipal do Algarve.

8. FINANÇAS

- FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO

[Portaria n.º 260/2018, de 14 de setembro](#)
(Finanças)

Regula os termos e a tramitação do parecer prévio da Inspeção-Geral de Finanças (IGF) sobre as transferências para as fundações.

- SISTEMA FINANCEIRO

[Despacho n.º 8822-A/2018, de 17 de setembro](#)

(Finanças - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e das Finanças)

Determina que o proponente selecionado para a aquisição das ações representativas de 100 % do capital social do Mercantile Bank Holdings Limited deve efetuar o pagamento de uma prestação pecuniária inicial, fixando o respetivo montante.

[Despacho n.º 8822-B/2018, de 17 de setembro](#)

(Finanças - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e das Finanças)

Determina que o proponente selecionado para a aquisição das ações representativas de 100 % do capital social do Mercantile Bank Holdings Limited preste uma garantia bancária à primeira solicitação ou outro instrumento considerado adequado a servir a mesma finalidade.

[Despacho n.º 8822-C/2018, de 17 de setembro](#)

(Finanças - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e das Finanças)

Determina que o proponente selecionado para a aquisição das ações representativas de 99,79 % do capital social do Banco Caixa Geral, S. A., preste uma garantia bancária à primeira solicitação ou outro instrumento considerado adequado a servir a mesma finalidade.

[Despacho n.º 8822-D/2018, de 17 de setembro](#)

(Finanças - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e das Finanças)

Determina que o proponente selecionado para a aquisição das ações representativas de 99,79 % do capital social do Banco Caixa Geral, S. A., deve efetuar o pagamento de uma prestação pecuniária inicial, fixando o respetivo montante.

9. JUSTIÇA

- JUSTIÇA CONSTITUCIONAL

[Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 376/2018, de 18 de setembro](#) (Tribunal Constitucional)

Declara a inconstitucionalidade com força obrigatória geral da norma constante da alínea d) do n.º 1 do artigo 22.º da Lei n.º 34/2013, de 16 de maio (Estabelece o regime do exercício da atividade de segurança privada), e, quanto à remissão para a mesma feita, das normas constantes dos n.ºs 2, 3 e 4 do mesmo artigo, por violação do n.º 1 do artigo 47.º, em conjugação com o n.º 2 do artigo 18.º da Constituição.

- POLÍTICA DE JUSTIÇA

[Portaria n.º 259/2018, de 13 de setembro](#) (Justiça)

Disponibiliza o acesso à informação, em suporte eletrónico de identificação das entidades previstas nas alíneas a), b) e e) do n.º 1 do artigo 4.º do regime do Registo Nacional de Pessoas Coletivas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 129/98, de 13 de maio - Certidão online de inscrição de pessoa coletiva.

Portaria n.º 267/2018, de 20 de setembro
(Justiça)

Procede à alteração dos regimes de tramitação eletrónica dos processos nos tribunais judiciais e nos tribunais administrativos e fiscais (Citius/SITAF):

Altera (segunda alteração) a Portaria n.º 280/2013, de 26 de agosto, que regula vários aspetos da tramitação eletrónica dos processos judiciais;

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 380/2017, de 19 de dezembro, que regula a tramitação eletrónica dos processos nos tribunais administrativos de círculo, nos tribunais tributários, nos tribunais centrais administrativos e no Supremo Tribunal Administrativo;

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 209/2017, de 13 de julho, que regulamenta o regime do requerimento, da emissão, da disponibilização e da consulta da certidão eletrónica no âmbito dos processos dos tribunais judiciais, dos tribunais administrativos e fiscais e da competência do Ministério Público;

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 178/2017, de 30 de maio, que cria o Balcão Único dos Tribunais Administrativos e Fiscais;

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 246/2016, de 7 de setembro, que regulamenta o acesso ao sistema informático de suporte à atividade dos tribunais pelos administradores judiciais e pela Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça e o documento de identificação profissional que atesta a qualidade de administrador judicial;

Altera (terceira alteração) a Portaria n.º 282/2013, de 29 de agosto, que regulamenta vários aspetos das ações executivas cíveis;

Altera (segunda alteração) a Portaria n.º 313/2009, de 30 de março, que regula a criação de uma lista pública de execuções, disponibilizada na Internet, com dados sobre execuções frustradas por inexistência de bens penhoráveis;

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 220-A/2008, de 4 de março, que cria uma secretaria-geral designada por Balcão Nacional de Injunções (BNI);

Altera (sétima alteração) a Portaria n.º 419-A/2009, de 17 de abril, que regula o modo de elaboração, contabilização, liquidação, pagamento, processamento e destino das custas processuais, multas e outras penalidades;

Altera (primeira alteração) a Portaria n.º 200/2011, de 20 de maio, que altera (segunda alteração) a Portaria n.º 419-A/2009, de 17 de abril, que regula o modo de elaboração, contabilização, liquidação, pagamento, processamento e destino das custas processuais, multas e outras penalidades;

Altera (terceira alteração) a Portaria n.º 9/2013, de 10 de janeiro, que regulamenta vários aspetos do Procedimento Especial de Despejo;

Procede à identificação dos serviços e publicações que passam a ser efetuados na Área de Serviços Digitais dos Tribunais, acessível no endereço eletrónico <https://tribunais.org.pt>.

10. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

- NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO

[Decreto do Presidente da República n.º 60/2018, de 13 de setembro](#)
(Presidência da República)

Ratifica o Acordo que institui a Fundação Internacional UE-ALC, assinado em 26 de outubro de 2016, em Santo Domingo, República Dominicana.

[Resolução da Assembleia da República n.º 283/2018, de 13 de setembro](#)
(Assembleia da República)

Aprova o Acordo que institui a Fundação Internacional UE-ALC, assinado em 26 de outubro de 2016, em Santo Domingo, República Dominicana.

11. SAÚDE

[Despacho n.º 8710/2018, de 12 de setembro](#)
(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde)

Determina que as receitas médicas nas quais sejam prescritas exclusivamente vacinas contra a gripe, para a época gripal de 2018-2019, emitidas a partir de 1 de julho de 2018, são válidas até 31 de dezembro do corrente ano.

[Despacho n.º 8809/2018, de 17 de setembro](#)
(Saúde - Gabinete da Secretária de Estado da Saúde)

Determina que os modelos de receita médica e o modelo de guia de tratamento passam a conter o logótipo «SNS - Serviço Nacional de Saúde - 40 Anos».

[Despacho n.º 8861-A/2018, de 18 de setembro](#)
(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde)

Define os objetivos para a promoção da saúde oral nos cuidados de saúde primários, no quadro da revisão do Programa Nacional de Promoção de Saúde Oral.

[Portaria n.º 268/2018, de 21 de setembro](#)
(Saúde)

Aprova o programa formativo da Formação Geral, no âmbito do Internato Médico.

12. SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

[Decreto-Lei n.º 73/2018, de 17 de setembro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Alarga o âmbito pessoal do regime especial de acesso antecipado à pensão de velhice para os beneficiários do regime geral de segurança social e do regime de proteção social convergente com muito longas carreiras contributivas aos beneficiários que iniciaram a carreira contributiva com 16 anos ou em idade inferior.

Altera (quadragésima oitava alteração) o Estatuto da Aposentação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, e altera (sétima alteração) o Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio, que define e regulamenta o regime jurídico de proteção nas eventualidades invalidez e velhice do regime geral de segurança social.

Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail*

Digesto@jurisapp.gov.pt

Muito obrigada pela sua sugestão